

Edição 231 |
Maio de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



Ilustração: Elias

MAIS DE 100 DIAS DE ENROLAÇÃO

Professores mobilizados pelo Piso Salarial. Páginas 4 e 5

EDITORIAL

NÃO ACEITAREMOS RETROCESSOS: REAJUSTE JÁ!

Abril foi mês de luta. Professores e municipais ocuparam as ruas em defesa dos seus direitos e contra o que consideramos uma tentativa clara de chantagem por parte do governo municipal. Em mais de 90% das escolas, a paralisação do dia 1º de abril demonstrou com firmeza que a categoria está atenta, mobilizada e não aceitará retrocessos calados. A campanha salarial 2025 está em curso, e o **Sinprosm** reitera: o reajuste do piso do magistério é um direito legal, não uma moeda de troca.

Nos primeiros meses de gestão do novo prefeito, o que se viu foi lentidão, falta de diálogo efetivo com a categoria e uma postura preocupante diante das demandas mais urgentes da educação municipal. A reforma da previdência, cuja necessidade e urgência têm sido amplamente divulgadas pela administração, é um debate necessário — mas que não pode ser usado como desculpa para descumprir a lei do piso. Um direito não anula o outro. A luta por um sistema previdenciário justo não é impeditivo para a valorização salarial de quem faz a educação todos os dias acontecer nas escolas.

O **Sinprosm** tem insistido em abrir canais de negociação, mas não aceitará imposições que penalizem os trabalhado-

res. A campanha salarial é legítima, amparada na legislação e na própria lógica da valorização do serviço público. Professores precisam ser respeitados, e esse respeito começa pelo reconhecimento do seu trabalho, inclusive no contracheque.

Nos primeiros meses de gestão do novo prefeito, o que se viu foi lentidão, falta de diálogo efetivo com a categoria e uma postura preocupante diante das demandas mais urgentes da educação municipal.

Seguiremos firmes, mobilizados, em assembleias, atos públicos e nos espaços institucionais onde nossas vozes precisam ser ouvidas. A força demonstrada nas ruas e nas paralisações precisa seguir crescendo. A construção da luta passa por cada escola, por cada grupo de professores e professoras que entende que nenhum

direito foi concedido por benevolência — todos foram conquistados com organização e resistência.

O **Sinprosm** é a voz coletiva da educação pública municipal. E essa voz só ecoa forte quando é feita por todas e todos. Vamos juntos, com coragem, responsabilidade e unidade, seguir exigindo o que é nosso por direito.

Mas o sindicato só é forte com a participação ativa da categoria. Precisamos seguir juntos, firmes, lado a lado. Não existe avanço sem pressão, não existe conquista sem luta. E não aceitaremos retrocessos. Reajuste já!



PISO EM RISCO? GOVERNO SINALIZA CORTE NA EDUCAÇÃO EM 2027

Em meio a projeções orçamentárias, o governo federal já sinaliza que pode não ter recursos suficientes para cumprir os pisos de saúde e educação em 2027. O alerta, feito pelo secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, reacende o debate sobre as prioridades do gasto público, além de gerar críticas de entidades sindicais.

O PLDO 2026 prevê que, com a volta das despesas judiciais (precatórios) ao teto de gastos em 2027, restarão apenas R\$ 122,2 bilhões para despesas discricionárias. Desse total, R\$ 56,5 bilhões já estão reservados para emendas parlamentares; sobrando apenas R\$ 65,7 bilhões - valor insuficiente - para cobrir os R\$ 76,6 bilhões exigidos pelos pisos constitucionais da saúde e educação.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, foi enfático ao rebater a justificativa de falta de recursos.

“É uma vergonha o que o Poder Legislativo está fazendo com o orçamento da União, o confisco de R\$ 56,5 bilhões do Poder Executivo é alarmante, a população brasileira precisa reagir ao que o Congresso está fazendo. Preste atenção: poderá faltar dinheiro para saúde e educação porque os deputados e deputadas obrigaram o Poder Executivo destinar recursos a mais para eles/as. Uma vergonha!”, enfatizou.

“Precisamos analisar para onde está sendo direcionado o orçamento da União. Pelas regras aprovadas pelo Congresso Nacional, 46% da arrecadação federal será destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública”, criticou, destacando que o problema não é a falta de recursos, mas sim sua má distribuição.

“Ou seja, quase metade dos impostos que pagamos vai parar nas mãos de super-ricos e bilionários no Brasil e no exterior. Um verdadeiro absurdo! O dinheiro existe - o que falta é prioridade”, disse. “É preciso direcionar a maior parte desses recursos para as políticas públicas que atendam às necessidades da população brasileira”, complementou.

Questionado sobre os possíveis impactos e retrocesso nos avanços conquistados no financiamento da educação básica, Heleno é categórico: “Já vivemos em situação de risco quando o Estado brasileiro não cumpre seu dever constitucional de garantir o acesso à escola, a permanência dos estudantes e a conclusão dos estudos. Qualquer redução no financiamento da educação só agravará esse cenário, podendo levar ao caos no sistema educacional”, afirmou.

CHARGE DO ELIAS



DIA DA MENTIRA

PROFESSORES E MUNICIPAÍRIOS GRITARAM PELA GARANTIA DE DIREITOS

Alta adesão durante ato mostrou a força da categoria contra o desgoverno da prefeitura que anda a passos lentos há mais de cem dias



Professores e municipais ocuparam as ruas pela garantia de direitos e para mostrar à população santa-mariense a situação caótica do Governo Decimo

Em dois atos, durante o dia 1º de abril, o funcionalismo público municipal de Santa Maria demonstrou força de mobilização para enfrentar os desafios da reforma previdenciária em gestação pelo governo municipal. O movimento unificado dos Sindicato dos Professores Municipais (**Sinprosm**) e Sindicato dos Municipais (**Smsm**) mudou a dinâmica do centro da cidade durante o dia de paralisação.

Pela manhã, a concentração na Praça Sal-danha Marinho começou cedo, identificados com a camiseta dos sindicatos ou adesivos. A convite da coordenação do **Sinprosm**, representantes das escolas municipais exibiram cartazes em que denunciavam os seus números sobre falta de professores, estagiários e monitores, uma das pautas do dia. “Depois que publicamos o nosso levantamento, vieram nos dizer que os números estavam errados. Mas os números não são do sindicato, são das direções. Estão dizendo que as escolas estão mentindo? Não estão. Viemos mostrar a verdade da educação neste 1º de abril”, afirma a coorde-

nadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

Segundo o levantamento divulgado pela entidade em 20 de março, faltavam 54 professores regentes e 140 professores de planejamento no município, e também 232 estagiários para a educação infantil.

Após as falas iniciais no palco na praça, o movimento deslocou-se em caminhada pela Rua Venâncio Aires até a frente do Centro Administrativo Municipal, com parada em frente ao prédio onde funciona o Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria. Representantes de aposentados e de grupos específicos tiveram espaço de fala, como da Câmara de Vereadores, saúde e dos fiscais.

O ato contou com o apoio de movimentos sociais, estudantes do Centro de Educação da UFSM, lideranças políticas como os vereadores Sidi Cardoso (PT), Valdir Oliveira (PT), Luiz Fernando Cuozzo Lemos (PDT) e Alice Carvalho (PT) e representantes de entidades sindicais de outras áreas.

CÂMARA

No mesmo dia, a mobilização foi à Câmara de Vereadores. Novamente, o funcionalismo participou ativamente, fechando o trânsito da Rua Vale Machado. O movimento mudou o funcionamento do Legislativo, inclusive com a interrupção da sessão plenária em seu início. Os vereadores deslocaram-se até a rua para ouvir as demandas do funcionalismo, sob coordenação do presidente Admar Pozzobon. Ele garantiu, ao fazer uso da palavra no carro de som, que nenhum projeto tramitará sem um debate amplo, com a participação dos servidores. “Sem dúvida fizemos história hoje. Mostramos que estamos preparados para enfrentar a luta. A forte resposta à convocação dos dois sindicatos é um recado importante ao governo, mas não termina aqui. Até o fim desta tramitação, continuaremos mobilizados e prontos para responder a qualquer ataque aos direitos. Reafirmamos: esta conta não é nossa”, conclui a coordenadora Juliana Moreira.

DIAS DE LUTA

PROFESSORES EM ESTADO DE GREVE

Em assembleia realizada no dia 24 de abril, professores da ativa e aposentados definiram estratégia para defender direitos

O magistério municipal de Santa Maria está oficialmente em estado de greve. A decisão foi tomada pela maioria dos presentes na assembleia geral extraordinária do SINPROSM, realizada na noite do dia 24 de abril, no salão da AABB. A medida, que reforça a insatisfação da categoria com a falta de avanços nas negociações salariais e a forma como vem sendo conduzido o debate sobre a reforma da previdência, marca uma nova fase da mobilização dos professores.

“A apresentação pelos professores e aprovação da proposta de estado de greve pela assembleia sinaliza que a categoria está atenta e não vai recuar na defesa dos direitos. Será um estado permanente de mobilização junto à categoria e à comunidade mostrando que não admitiremos perder direitos duramente conquistados”, afirmou Celma Pietczak, coordenadora de Comunicação e Formação Sindical do sindicato.

A assembleia, convocada durante a 26ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, teve como pauta principal o relato da primeira reunião do Conselho Consultivo da Reforma da Previdência. Participam do colegiado representantes do Executivo, do Legislativo e dos servidores. O SINPROSM integra o grupo, mas reforça que as deliberações só serão feitas com a base da categoria. “O momento é de diagnóstico, e isso é entre o IGAM e o IPASSP. Vamos propor quando for este momento. Não vamos deixar a prefeitura construir uma narrativa de diálogo onde não há diálogo real. Estamos atentos ao que vai ser mexido e vamos defender nossos direitos”, concluiu Celma.

PREVIDÊNCIA

Por vídeo, o matemático e especialista em previdência social Luciano Fazio apresentou um panorama histórico da previdên-



Estado de Greve foi proposto pelos próprios professores e aprovado com a grande maioria dos votos dos presentes

cia brasileira e abordou possibilidades de cenários críticos que estão sendo implantadas em municípios brasileiros. Fazio está assessorando o SINPROSM tecnicamente na consultoria da temática, o que vai embasar a análise detalhada das propostas quando forem oficialmente apresentadas.

COMUNICAÇÃO E APP

A assembleia também foi espaço para anúncios importantes. Houve a transição no setor de comunicação: o jornalista Rodrigo Ricordi assumiu o cargo de assessor de comunicação do SINPROSM, substituindo Paulo André Dutra. A coordenação agradeceu o trabalho desempenhado por Paulo ao longo de sua trajetória e deu as boas-vindas a Rodrigo, que já atua na cobertura sindical e na criação de conteúdos para as mídias do sindicato.

Outro anúncio foi o lançamento do aplicativo oficial do SINPROSM, inicialmente disponível para celulares com sistema Android. A nova ferramenta busca aproximar os sindicalizados da rotina da entidade,

reunindo informações, conteúdos das redes sociais, agenda, notícias e espaço para atualização de dados cadastrais.

MOBILIZAÇÃO

Diante do cenário de incertezas e da morosidade do governo municipal em atender as reivindicações da categoria, o SINPROSM reforça a necessidade de mobilização permanente, organização e informação. “Não vamos nos desmobilizar com promessas ou reuniões que não resultam em avanço concreto. Nossa luta é legítima, baseada na defesa de direitos garantidos em lei e conquistados com muito esforço coletivo”, concluiu a coordenação.

Após o debate, os professores presentes aprovaram diversas propostas de encaminhamento. Entre elas:

- Participação na audiência pública sobre a reforma da previdência, no dia 30/04, proposta pela vereadora Helen Cabral.
- Engajamento ativo no Ato Unificado do Dia do Trabalhador, nas ruas, redes sociais e mídia tradicional.
- Criação de uma comissão de mobilização com participação de professores ativos e aposentados.
- Realização de plenárias regionalizadas e assembleias em diferentes turnos.

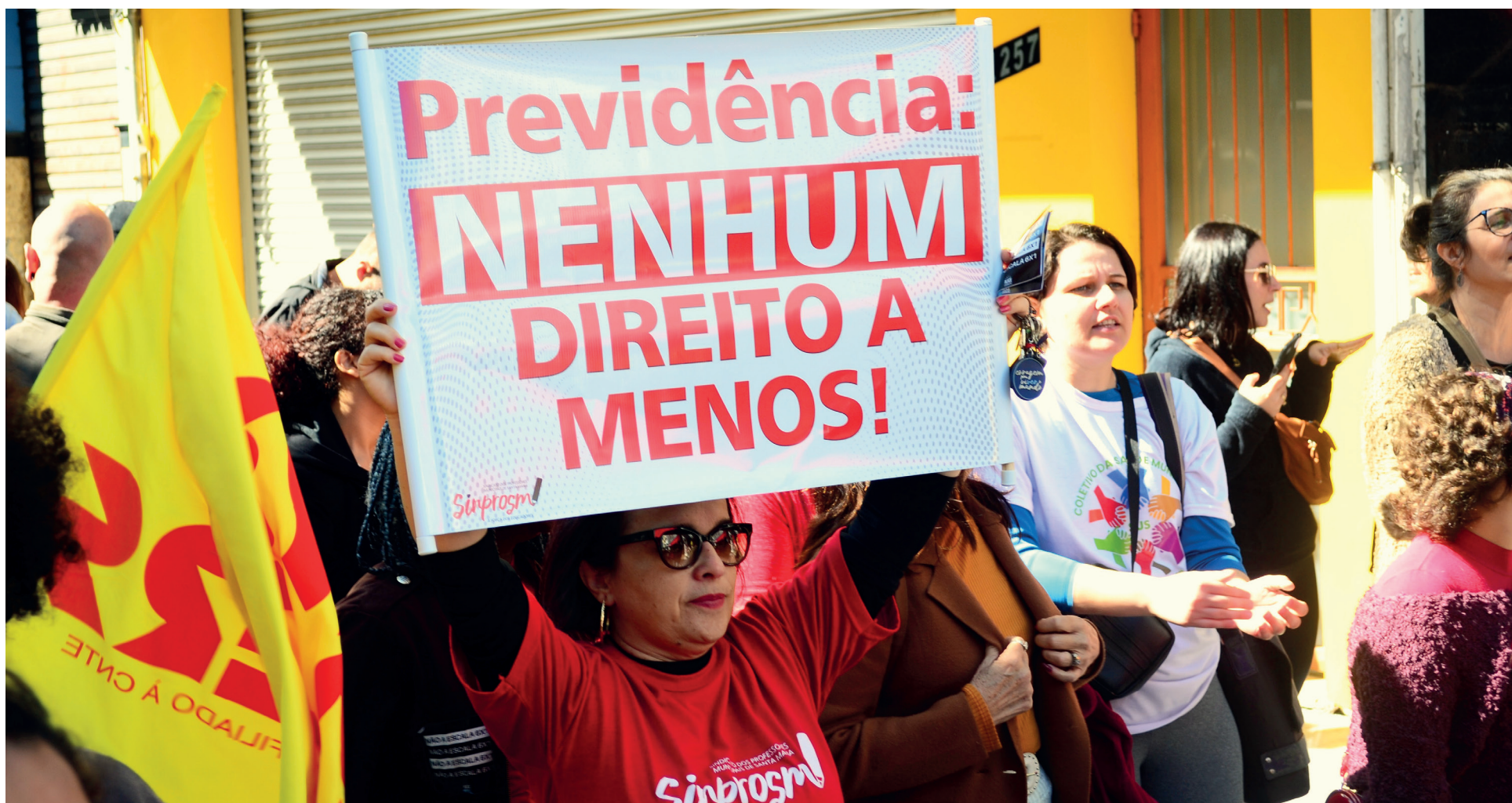
O estado de greve é uma deliberação coletiva tomada por uma categoria profissional como forma de alerta e mobilização, antes da paralisação total das atividades. Ao decretar estado de greve, os trabalhadores sinalizam que estão organizados, atentos e dispostos a iniciar uma greve caso as negociações com o empregador — neste caso, a prefeitura — não avancem.

Esse mecanismo permite intensificar a pressão política e social, ampliando a visibilidade das demandas da categoria (como reajuste salarial ou defesa de direitos) e reforçando a disposição de luta. Embora o trabalho siga sendo realizado normalmente nesse período, o estado de greve autoriza o sindicato a convocar a greve a qualquer momento, caso necessário, respeitando os trâmites legais.

DIAS DE LUTA

NO DIA DO TRABALHO, FOMOS PARA AS RUAS LUTAR

Também estiveram presentes no ato representantes de sindicatos como CPERS, Sindsef, Sindiserp, Sindicato dos Comerciais, Sindilimp, entre outros



Dentre as lutas dos professores ativos e aposentados, estão o reajuste do piso salarial e uma reforma da previdência que não traga danos aos aposentados

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) marcou presença no Ato Unificado dos Trabalhadores e Trabalhadoras realizado na manhã de quinta-feira, 1º de Maio. A atividade foi promovida por diversas entidades sindicais da cidade e contou com a presença de representantes da categoria, parlamentares e apoiadores da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

A concentração teve início às 9h30 na Praça Saldanha Marinho, no Centro de Santa Maria, onde dirigentes sindicais e vereadores fizeram falas em defesa do serviço público, da valorização das categorias e contra a retirada de direitos.

O Sinprosm destacou, mais uma vez, a precarização da educação pública municipal e o desrespeito da atual gestão com os professores e professoras da rede. Em estado de greve, a categoria reforçou seu posicionamento de resistência frente à falta de profissionais nas escolas, à ausência de diálogo e às ameaças

de reforma da previdência.

Além do Sinprosm, estiveram presentes no ato representantes de sindicatos como CPERS, Sindsef, Sindiserp, Sindicato dos Comerciais, Sindilimp, entre outros. As vereadoras Helen Cabral (PT), Marina Callegaro (PT), Alice Carvalho (PSol), o vereador Valdir Oliveira (PT), o deputado estadual Valdeci Oliveira, além de lideranças comunitárias e movimentos sociais, também participaram da mobilização.

Após a concentração na praça, o grupo percorreu o Calçadão Salvador Isaia e desceu a Rua Dr. Bozano até a Praça Saturnino de Brito, onde o ato foi encerrado por volta do meio-dia. Durante o percurso, palavras de ordem, faixas e cartazes denunciaram o desmonte dos serviços públicos e reafirmaram a união da classe trabalhadora na luta por direitos e por respeito.

Para a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical do Sinprosm, Celma Pietczak, a mobilização do 1º de Maio expressa a

insatisfação coletiva diante dos retrocessos impostos à educação e a outros setores públicos. “A presença das trabalhadoras e trabalhadores nas ruas neste 1º de Maio é fundamental. Não podemos naturalizar a

falta de professores, de estagiários, de monitores. Não podemos aceitar o silêncio e o descaso da prefeitura com a educação. Estamos em estado de greve e vamos seguir na luta até sermos ouvidos”, afirmou.



Mesmo no feriado, professoras e professores estiveram no ato para reivindicar direitos

ARTIGO

SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE:

Muito tem se falado de adoecimento docente nos últimos anos. Estresse crônico, ansiedade, depressão, Síndrome de Burnout, problemas nas cordas vocais, distúrbios osteomusculares, lesões por esforço repetitivo, doenças do sistema respiratório. As alternativas para se resolver esse problema, porém, se apresentam de maneira idealista. Falam em qualidade de vida, exercício físico, não viver apenas do trabalho docente. Ao não tratar a saúde como resultado das formas de organização social da produção - resultado das condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde (Minayo, 1992, p.10) - acabam por culpabilizar os sujeitos que sofrem e adoecem.

Esses determinantes sociais do processo saúde-doença, que nos fazem pensar a saúde como algo além da ausência de doenças ou como total bem estar físico, psicológico e social, passam na atual fase do capitalismo, o neoliberalismo, por um processo de privatização e mercantilização. Como professoras e professores, assumimos cada vez mais horas de trabalho, pois precisamos nos adaptar a uma sociedade em processo latente de adoecimento. Como nos instiga Jiddu Krishnamurti, não é saudável estar bem ajustado a uma sociedade profundamente doente.

O neoliberalismo não apenas modifica as formas de acesso aos direitos, mercantilizando-os, mas também tem produzido formas de dominação da nossa subjetividade que não permitem que possamos ver alternativas frente ao crescimento da barbárie social.

A escola, nesse sentido, através da ingerência de grandes empresas de tecnologia e de fundações educacionais privadas tem modificado seu caráter. de uma escola focada na transmissão do conhecimento científico, artístico e filosófico - ferramentas para refletir e transformar o mundo - passa a se estruturar nas duas últimas décadas para o ensino de competências sócio-emocionais, formação de Capital Humano. Dito de outra forma, educar uma força de trabalho barata e altamente substituível com ampla capacidade de adaptação aos novos empregos precários do capitalismo informacional-digital. Uma escola das ilusões e para o desemprego.

Marilena Chauí em palestra proferida no programa Café Filosófico, com a temática Espaço, tempo e mundo virtual, reflete que “nós profes-

“Os ataques apontados pelo governo de Rodrigo Décimo e Lúcia Madrugá (PSDB) impactam drasticamente na saúde dos trabalhadores da educação e aprofundam o caminho para a precarização e consequente privatização da escola pública.”

res somos aqueles que trabalhamos com o desejo de saber e o risco do desapontamento e decepção com a própria ignorância.” Ora, se o enfoque da educação escolar mudou do campo científico para o da adaptabilidade à precariedade laboral, se enfrentamos condições de trabalho precárias e políticas que destroem e rebaixam nossa carreira, nosso desejo de ensinar - que nos move no sentido da humanização dos nossos alunos e consequentemente, do nosso próprio, acaba sendo aprisionado. Ao não ver sentido no nosso trabalho, adoecemos.

Em 1966, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando contribuir com o processo de industrialização da América Latina, refletindo a partir do papel da escola na produção do novo tipo de trabalhador, aponta que o trabalho dos professores deveria passar por um amplo processo de profissionalização. No documento Recomendação Relativa à Situação de Pessoal Docente, aprovado pela Conferência Intergovernamental Especial sobre a condição das

professoras indica que os dois caminhos a serem seguidos são a Valorização do Tempo de Serviço e a Qualificação Profissional. São esses que, a partir da luta das e dos professores organizados em sindicatos, estruturam os Planos de Carreira do Magistério Público a partir de então e definem nossos triênios, quinquênios, progressão na carreira de acordo com formação e qualificação profissional. Os ditos penduricalhos que os arautos da reforma da previdência e dos planos de carreira hoje em dia querem acabar, são aqueles que apontam que o magistério não é um sacer-

dócio - herança maldita dos jesuítas e da nossa história colonial. Não é ato de entrega e abnegação, não trabalhamos por amor, mas sim realizamos um trabalho de elaboração do pensamento científico, artístico e filosófico.

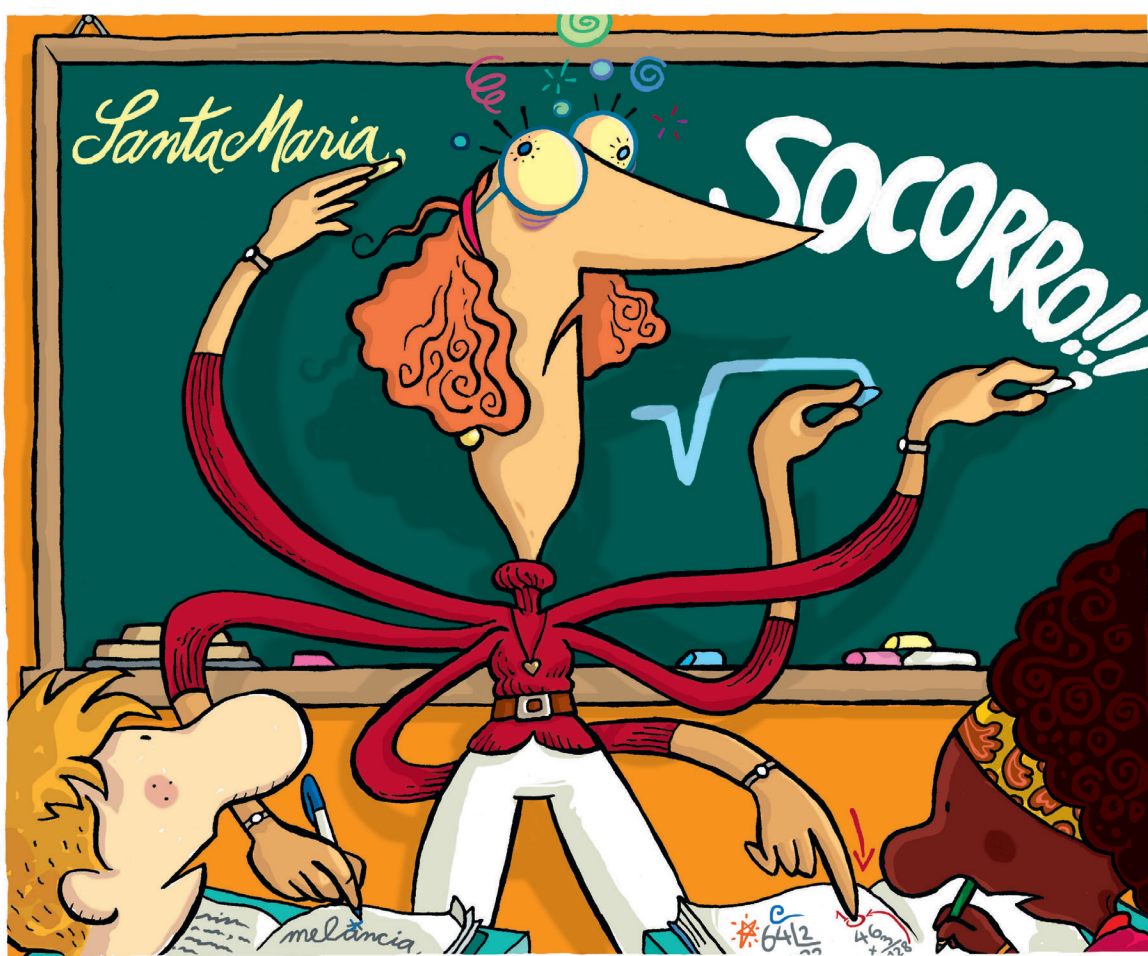
Acontece que esses direitos nunca foram implementados em sua integralidade. No Capitalismo Selvagem brasileiro, para resgatar uma expressão de Florestan Fernandes, existe a lei escrita e a lei vivida. Desde os anos 90 vivenciamos ataques aos Planos de Carreira como a política de não promoção, a não implementação da Lei do Piso do Magistério Nacional e desde os anos 2000, o enfoque da valorização profissional apenas pela qualificação profissional. Avançamos na carreira se disponibilizamos nosso tempo para cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, mas não somos valorizados em nosso tempo de serviço. Foi essa a base da destruição do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual promovida pelo governo de Eduardo Leite, que rebaixa e achata salários, e caminha junto com a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Lei da Terceirização a nível nacional, estadual e municipal.

Nesse sentido, para finalizar, os ataques apontados pelo governo de Rodrigo Décimo e Lúcia Madrugá (PSDB) impactam drasticamente na saúde dos trabalhadores da educação e aprofundam o caminho para a precarização e consequente privatização da escola pública. Como diz Eduardo Galeano em seu texto Assembleia das Aves, no qual discute a democracia neoliberal que nos faz escolher entre o pior e o menos pior, nós não queremos escolher o molho com o qual seremos comidos e para nós é esse o grande debate em questão!

Não à Reforma da Previdência e dos Planos de Carreira de Rodrigo Décimo e Lúcia Madrugá!

Nenhum direito a menos! Nossos direitos já!

Texto: Guilherme Stürmer Lovatto, professor da Rede Municipal na escola Maria de Lourdes Ramos Castro
Ilustração: Elias



ALGUMAS REFLEXÕES

TODOS JUNTOS

SINPROSM PARTICIPOU DE ATO ESTADUAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

Coordenadoras do sindicato participaram de caminhada de paralização da rede estadual de ensino



Integrantes do Sinprosm se uniram ao movimento para agregar forças em prol da educação pública de qualidade e melhores condições de trabalho

Na manhã de 23 de abril, coordenadoras do **Sinprosm** estiveram presentes no Ato em Defesa da Educação Pública, promovido pelo CPERS Sindicato, com concentração na tradicional Praça da Locomotiva, na Avenida Presidente Vargas. A atividade reuniu educadoras e educadores de diversas regiões em uma manifestação coletiva pela valorização do magistério, contra a burocratização das escolas e em repúdio à crescente privatização do ensino público.

Durante o ato, foi realizada a queima simbólica de planilhas, em protesto contra o excesso de exigências burocráticas que invadem o cotidiano das escolas, dificultam o trabalho pedagógico e desrespeitam o tempo docente. O gesto denunciou a lógica cada vez mais gerencial da educação, que transforma professoras e professores em operadores de sistemas, distantes da sua principal missão: educar com autonomia,

qualidade e dignidade.

Em caminhada, os manifestantes seguiram até o Instituto de Educação Olavo Bilac, onde fizeram uma parada simbólica para questionar o avanço das parcerias público-privadas (PPPs) na educação, modelo que fragiliza a escola pública, precariza o trabalho docente e compromete o acesso universal e gratuito ao conhecimento.

O **Sinprosm** esteve presente reafirmando seu compromisso com a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A valorização das professoras e professores da rede municipal, o cumprimento do piso nacional do magistério e a defesa incondicional dos direitos da categoria seguem sendo bandeiras centrais do sindicato.

A conjuntura exige vigilância, mobilização e unidade. Nenhum direito a menos. Nenhum retrocesso será aceito.

ESPAÇO JURÍDICO

FOGIARINI, LOVATO & SOARES ADVOCACIA

BOLETIM MENSAL E REGISTROS DOCENTES: O QUE O MEMORANDO DA SMED PÕE EM RISCO

Por solicitação do Sinprosm, o advogado Giorgio Forgiarini emitiu parecer jurídico sobre o Memorando Circular nº 008/2025 da Secretaria Municipal de Educação (SMEd), que apresenta novas orientações para o preenchimento do Boletim Estatístico Mensal dos servidores da educação. O parecer aponta que o documento contém graves incongruências, capazes de comprometer a documentação da vida funcional dos professores da rede municipal e, por consequência, seus direitos.

O ponto de partida do parecer é a compreensão de que o controle da jornada de trabalho e o registro de ponto dos profissionais da educação é atribuição do Município de Santa Maria, conforme o Estatuto dos Servidores (Lei nº 3.326/1991) e o Plano de Carreira do Magistério Municipal (Lei nº 4.696/2004). No entanto, essa competência não é ilimitada: deve respeitar a legislação vigente e os princípios do direito administrativo.

O próprio memorando reconhece que o boletim mensal é documento base para consultas funcionais e para elaboração de certidões de aposentadoria. Justamente por isso, o seu conteúdo precisa ser fiel à realidade cotidiana dos professores, evitando subjetividades ou omissões. O problema é que o documento publicado pela SMEd falha nesse aspecto ao estabelecer distinções injustificáveis entre diferentes categorias de docentes.

O texto da SMEd diferencia “professores regentes” dos demais docentes — como os que atuam no assessoramento pedagógico, os que cumprem hora-atividade e os temporários. Essa separação é ilegal, uma vez que não está prevista nas normas que regem o magistério municipal. Além disso, essa diferenciação pode resultar em tratamento previdenciário desigual para professores que desempenham, na prática, as mesmas funções.

Um exemplo citado no parecer é o fato de que apenas os “professores regentes” são orientados a registrar a carga horária “frente a aluno”. Já

os docentes que executam hora-atividade nem sequer contam com campo específico para esse tipo de registro. Isso prejudica a comprovação de tempo de serviço exigida para a aposentadoria especial dos profissionais da educação, conforme previsto no artigo 40, §5º da Constituição Federal.

Outro ponto crítico é a omissão das horas-atividade — o tempo reservado ao planejamento e outras funções pedagógicas que não ocorrem diretamente com os alunos. A Lei nº 11.738/2008 estabelece que até um terço da jornada de trabalho docente deve ser dedicado a essas atividades. Mesmo assim, o memorando ignora esse tempo, deixando-o fora do registro oficial.

O parecer afirma que a ausência de registro das horas-atividade gera insegurança jurídica. Um documento público, especialmente aquele que embasa a vida funcional de um servidor, deve refletir com precisão o trabalho realizado. A exclusão do planejamento pedagógico — especialmente quando realizado no ambiente escolar — compromete essa exatidão.

Diante desses problemas, o parecer conclui que:

- A distinção entre professores regentes e os que cumprem hora-atividade é indevida e pode gerar consequências previdenciárias negativas;
- A omissão das horas-atividade no boletim é grave e compromete a documentação da jornada docente;
- A SMEd deve ser instada a corrigir essas falhas, a fim de garantir segurança jurídica para os professores da rede municipal.
- A posição do Sinprosm é clara: qualquer instrumento de controle da jornada de trabalho precisa ser legal, transparente e condizente com a realidade da profissão docente. O sindicato seguirá exigindo da Prefeitura o respeito à legislação e aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública.

Giorgio Forgiarini

Advogado, OAB/RS n. 63.695

DÉFICIT CRESCENTE DE PESSOAL EXPÕE FALHAS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

LEVANTAMENTO SOBRE FALTA DE PROFESSORES E ESTAGIÁRIOS

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) realizou duas pesquisas recentes junto às escolas da rede municipal que evidenciam um cenário crítico de falta de profissionais. Os dados levantados mostram um déficit preocupante que compromete diretamente o funcionamento das unidades escolares e a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes.

A primeira coleta de informações foi realizada entre os dias 11 e 18 de março e teve participação de 72 das 86 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O levantamento apontou a ausência de, pelo menos, 194 professores e 232 estagiários. À época, o Sinprosm já alertava para a sobrecarga dos trabalhadores e o risco de prejuízos à aprendizagem dos estudantes.

Na última semana de abril, uma nova consulta foi aplicada, dessa vez com participação de 68 escolas. Mesmo com uma amostra um pouco menor, os números seguiram expressivos e revelaram o aprofundamento do problema. No segundo levantamento, as instituições relataram a falta de 19 pro-

fessores regentes (que atuam diretamente em sala de aula), 110 professores de hora-atividade, 189 monitores escolares e 158 estagiários. O total é de 476 profissionais ausentes das escolas municipais.

Apesar das diferenças no número de escolas participantes em cada pesquisa, a conclusão é evidente: a rede municipal segue enfrentando graves dificuldades no preenchimento de seu quadro funcional. A situação é agravada por um cenário de instabilidade administrativa, em que processos seletivos são realizados de forma desorganizada e sem dar conta da demanda real de cada escola.

A coordenadora de Comunicação e Formação Sindical do Sinprosm, Celma Pietczak, destaca que os dados levantados escancaram a ausência de planejamento por parte do Executivo Municipal. “Os números são alarmantes. Há escolas funcionando com apenas parte das equipes, o que sobrecarrega professores e demais trabalhadores da educação. Como falar em qualidade de ensino se não há sequer as condições mínimas para o funcionamento básico das escolas? Além disso, falta

diálogo da prefeitura com quem está no chão da escola, que são os profissionais que conhecem a realidade”, afirma Celma.

Outro ponto de preocupação para o Sinprosm é o uso de estagiários e monitores como substitutos de profissionais habilitados. Ainda que cumpram papéis de apoio, esses trabalhadores não podem substituir professores e técnicos efetivos. “É importante lembrar que estagiários não são profissionais. Eles estão em formação, com funções bem delimitadas por lei. A substituição de educadores por estagiários é uma forma de precarização do ensino e desvalorização da educação pública”, complementa a dirigente sindical.

O Sinprosm seguirá monitorando a situação das escolas e cobrando da Prefeitura de Santa Maria providências imediatas. Para o sindicato, é fundamental que se estabeleça um diálogo efetivo entre a gestão municipal e os trabalhadores da educação, de modo a garantir que o direito de aprender dos estudantes e o direito de trabalhar com dignidade dos profissionais sejam assegurados.

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA



A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458

Mala Direta Postal
Básica

9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM

...CORREIOS...

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.650 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Finanças: Marta Hammel
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira